

GRUPO I
CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS
INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO
PROCESSUAL DO TRABALHO CIVIL E COMERCIAL
REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO Nº 01

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; do Presidente da República; ou de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros;
- b)** a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;
- c)** a proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;
- d)** não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 02

Quanto ao controle de constitucionalidade no Brasil:

I – as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia *erga omnes*, efeito vinculante e *ex nunc*, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital, territorial e municipal;

II – declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional ou lei federal, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias;

III – quando o Supremo Tribunal Federal apreciar ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas estão corretas;
- () **b)** todas estão incorretas;
- () **c)** apenas a de número I está incorreta;
- () **d)** apenas as de números I e III estão incorretas;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 03

Assinale a alternativa **CORRETA** A decretação de intervenção da União nos Estados dependerá:

- () **a)** de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, na hipótese de repelir invasão de uma unidade da Federação em outra;
- () **b)** de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, no caso de recusa à execução de lei federal;
- () **c)** de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral ou do Tribunal Superior do Trabalho, no caso de desobediência à ordem ou decisão judicial;
- () **d)** de requisição do Supremo Tribunal Federal, para assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: forma republicana, sistema representativo e regime democrático; direitos da pessoa humana; autonomia municipal; prestação de contas da administração pública, direta e indireta; aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 04

Quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União:

I – o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante

parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II – a comissão mista permanente de orçamento do Congresso Nacional, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, requisitará da autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários; se a autoridade não atender a requisição, a comissão encaminhará o expediente ao Ministério Público do Tribunal de Contas, para a propositura de ação de improbidade;

III – qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas estão corretas;
- () **b)** todas estão incorretas;
- () **c)** apenas a de número I está correta;
- () **d)** apenas a de número II está incorreta;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 05

Quanto ao Poder Executivo:

I – compete privativamente ao Presidente da República, em caso de relevância e urgência, editar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, se não apreciá-las em até quarenta e cinco dias contados da data de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando;

II – os Ministros de Estado, nomeados privativamente pelo Presidente da República, serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no pleno exercício e gozo de seus direitos políticos, sendo que poderão ser livremente exonerados, tanto pelo Presidente da República, como pelo Vice-Presidente da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal ou pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, desde que estejam no exercício constitucional da Presidência;

III – admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade, sendo que ficará suspenso de suas funções, apenas após a instauração do processo naquela casa legislativa e, se decorrido o

prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento e a eventual punibilidade do Presidente.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas estão corretas;
- () **b)** todas estão incorretas;
- () **c)** apenas as de números II e III estão incorretas;
- () **d)** apenas a de número III está correta;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 06

Quanto ao Poder Judiciário brasileiro:

I – o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação efetuada pelos mesmos legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade, mediante decisão por maioria absoluta dos seus membros, após decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua edição, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei;

II – somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público;

III – um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes, sendo que cabe ao Presidente da República a escolha de um de seus integrantes para nomeação, no prazo máximo de vinte dias.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas estão corretas;
- () **b)** todas estão incorretas;
- () **c)** apenas as de números I e III estão incorretas;
- () **d)** apenas as de números I e II estão corretas;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 07

Quanto à Justiça do Trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** o Tribunal Superior do Trabalho poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo;
- b)** funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira, e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante;
- c)** os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários;
- d)** a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso e apreciação de conflito de competência para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 08

Quanto às funções essenciais à Justiça:

I – as funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição;

II – os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, assegurando-se-lhes estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias;

III – à Defensoria Pública incumbe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, assim considerados, pela Constituição Federal, os que comprovarem insuficiência de recursos.

Analisando-se as asserções acima, pode-se concluir que:

- a)** todas estão corretas;
- b)** todas estão incorretas;
- c)** apenas a de número I está correta;
- d)** apenas a de número III está incorreta;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 09

Quanto aos direitos fundamentais constitucionais:

I – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo sempre assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, em qualquer hipótese, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;

II – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, exatamente para possibilitar o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral coletivo ou à imagem, apenas na hipótese de calúnia, bem como dolo;

III – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a)** todas estão corretas;
- b)** todas estão incorretas;
- c)** apenas a de número II está incorreta;
- d)** apenas a de número III está correta;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 10

No que diz respeito às garantias constitucionais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
- b)** conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou banco de dados de

entidades governamentais ou de caráter público e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

() **c)** o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de todos os integrantes da categoria;

() **d)** qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 11

Quanto ao regramento constitucional da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

() **a)** os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros, assim como aos estrangeiros ainda que não naturalizados, na forma da lei;

() **b)** exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo e por servidores extraquadros, as funções de confiança e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, gerenciamento, chefia e assessoramento;

() **c)** a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

() **d)** a lei reservará percentual dos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão, sendo que para os empregos públicos aplicar-se-á a legislação específica da iniciativa privada;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 12

Quanto à ordem social, assinale a alternativa **INCORRETA**:

() **a)** são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar

e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições;

() **b)** a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, na forma da lei, propiciando-lhe os bens materiais necessários para uma vida digna;

() **c)** o ensino será ministrado com base, dentre outros, nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

() **d)** todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público, dentre outras atribuições, exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

() **e)** não respondida.

DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO Nº 13

Em relação à tutela constitucional dos direitos humanos:

I – considerando que os textos constitucionais não de ser compreendidos como sistema que seleciona determinados valores sociais, pode-se afirmar que a Constituição da República Federativa do Brasil elege a dignidade da pessoa humana como valor essencial que lhe dá unidade de sentido;

II – o texto constitucional brasileiro privilegia a temática dos direitos humanos, o que pode ser verificado pela nova topografia constitucional, apresentando já nos primeiros capítulos avançado sistema de direitos e garantias;

III – a Constituição da República de 1988 é a primeira constituição brasileira a integrar, na declaração de direitos, os direitos sociais e a elencar o princípio da prevalência dos direitos humanos como princípio fundamental a reger o Brasil nas relações internacionais;

IV – a Constituição da República de 1988 institui o princípio da aplicabilidade imediata das normas que traduzem direitos e garantias fundamentais, valendo dizer que cabe aos Poderes Públicos conferir eficácia máxima e imediata a todo e qualquer preceito definidor de direito e garantia fundamental.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a)** apenas as de números I, II e III estão corretas;
- b)** todas estão corretas;
- c)** apenas as de números I, III e IV estão corretas;
- d)** apenas as de números II, III e IV estão corretas;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 14

Em relação aos Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos, é **INCORRETO** afirmar que:

- a)** os tratados, como acordos internacionais juridicamente obrigatórios e vinculantes, constituem a principal fonte de obrigação do Direito Internacional, e só se aplicam aos Estados que expressamente consentirem com a sua adoção;
- b)** segundo a Constituição de 1988, os tratados internacionais demandam, para o seu aperfeiçoamento, um ato complexo onde se integram a vontade do Presidente da República e do Congresso Nacional;
- c)** a Carta Constitucional de 1967 incluía, expressamente, dentre os direitos constitucionalmente protegidos, os direitos enunciados nos tratados internacionais de que o Brasil fosse signatário;
- d)** a doutrina da incorporação imediata dos tratados internacionais ao direito nacional, tão logo sejam ratificados, reflete a concepção monista do direito, pela qual o direito internacional e o direito interno compõem uma mesma ordem jurídica;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 15

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** criada após a 1ª Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho contribuiu para o processo de internacionalização dos direitos humanos e tem por finalidade promover padrões internacionais de condições de trabalho e bem estar;
- b)** sob a ótica normativa internacional, apenas os direitos civis e políticos são autenticamente direitos fundamentais, porque os direitos sociais não são passíveis de serem acionados perante tribunais;
- c)** os direitos humanos tradicionalmente conhecidos como de segunda geração correspondem aos direitos sociais, econômicos e culturais, que traduzem o valor da igualdade;

() **d)** sob um enfoque estritamente jurídico-formal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 não possui força jurídica vinculante, por não se revestir da natureza jurídica de tratado;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 16

Em relação aos mecanismos de proteção dos direitos humanos, é **INCORRETO** afirmar que:

() **a)** a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a par de fixar parâmetros mínimos para a proteção dos direitos humanos, elaborando projetos para várias convenções internacionais, também aprecia casos específicos de violações a direitos humanos;

() **b)** o sistema interamericano tem como principal instrumento a Convenção Americana de Direitos Humanos, que estabelece a Comissão Interamericana e a Corte Interamericana de Direitos Humanos;

() **c)** não é da competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos examinar as comunicações, encaminhadas por indivíduos ou entidades não governamentais, que contenham denúncia de violação a direito consagrado pela Convenção Americana, por Estado que dela seja parte;

() **d)** a Corte Interamericana de Direitos Humanos possui competência consultiva e contenciosa;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 17

Em relação ao sistema de proteção dos direitos humanos no Brasil:

I – o Estado brasileiro não reconhece a competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos;

II – o sistema de proteção internacional dos direitos humanos é adicional e subsidiário, somente podendo ser invocado se o Estado brasileiro se mostrar omissos ou falho na tarefa de proteção dos direitos fundamentais;

III – a incorporação do sistema internacional de proteção dos direitos fundamentais pelo Estado brasileiro é consequência do processo de abertura democrática, que tem seu marco jurídico na Constituição Federal de 1988;

IV – o direito constitucional brasileiro apenas reconhece os direitos fundamentais previstos em tratados internacionais que reproduzam direito assegurado pela própria Constituição Federal.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a)** apenas as de número II e III estão corretas;
- b)** todas estão corretas;
- c)** todas estão incorretas;
- d)** apenas as de número I, II e III estão corretas;
- e)** não respondida.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

QUESTÃO Nº 18

Em relação aos princípios do Direito do Trabalho, é **INCORRETO** afirmar que:

- a)** o princípio da irrenunciabilidade vem sendo afetado pela tese da flexibilização;
- b)** o princípio da norma mais favorável significa aplicar, em cada caso, a norma jurídica mais favorável ao trabalhador, independentemente de sua colocação na escala hierárquica das fontes do direito;
- c)** o princípio da continuidade da relação de emprego confere suporte teórico ao instituto da sucessão de empregadores;
- d)** a adoção de medidas tendentes a facilitar o acesso ao mercado de trabalho dos negros constitui violação ao princípio da não discriminação, que proíbe diferença de critério de admissão por motivo de raça;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 19

Em relação ao fenômeno da terceirização no Direito do Trabalho, é **INCORRETO** afirmar que:

- a)** o segmento privado da economia, ao longo dos últimos trinta anos, passou a incorporar, de maneira crescente, práticas de terceirização da força de trabalho, independentemente da existência de lei que autorize tal contratação, que constitui exceção ao modelo empregatício clássico;
- b)** segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, não constitui vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância, conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, mesmo que existente a personalidade e a subordinação direta;

() **c)** configurada a terceirização ilícita (*marchandage*), o vínculo de emprego se forma diretamente com o tomador de serviços;

() **d)** a cooperativa de mão-de-obra é a pessoa jurídica cuja função é colocar a força de trabalho subordinado de seus cooperados, especializada ou não, a serviço de outras empresas;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 20

Em relação ao contrato de trabalho, é **CORRETO** afirmar que:

() **a)** a subordinação do empregado, que constitui a nota característica do contrato laboral, é sempre econômica;

() **b)** ao direito do empregador de dirigir e comandar a atuação concreta do empregado corresponde o dever de obediência por parte deste, que cessa por completo nos períodos de suspensão ou interrupção do contrato;

() **c)** da continuidade específica do contrato de trabalho, de trato sucessivo, deriva a consequência de que a indeterminação do prazo se presume, cabendo a quem alega em contrário, fazer a prova de que o contrato foi celebrado a termo;

() **d)** segundo entendimento jurisprudencial dominante, é possível o reconhecimento do vínculo empregatício de “apontador” de jogo do bicho, já que não se trata de objeto ilícito, mas de vício gerador de nulidade relativa;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 21

Nas relações de trabalho no âmbito da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

() **a)** a contratação de trabalhador subordinado, após 05/10/88, por cooperativa de mão-de-obra interposta, para realização de funções típicas do ente público, não constitui vínculo de emprego com a administração pública direta, indireta ou fundacional;

() **b)** segundo entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, é possível o reconhecimento da responsabilidade subsidiária dos entes da administração pública em relação às parcelas trabalhistas inadimplidas pelo empregador, desde que hajam participado da relação processual e constem do título judicial;

() **c)** todos os conflitos decorrentes da relação mantida entre servidor público e Administração, devem ser processados e julgados na Justiça do Trabalho;

() **d)** a contratação de servidores sem a aprovação em concurso público pode sujeitar o agente público, dentre outras, às sanções de ressarcimento integral do dano, se houver, e perda da função pública;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 22

Em relação aos princípios da igualdade e da não discriminação, é **CORRETO** afirmar que:

() **a)** não constitui discriminação a constatação de distinções, exclusões ou preferências fundadas em qualificações exigidas para um determinado emprego;

() **b)** são requisitos para a equiparação salarial: identidade de funções, trabalho de igual valor, serviço prestado para o mesmo empregador e na mesma localidade, diferença de tempo de serviço na função inferior a três anos e inexistência de quadro de carreira devidamente homologado;

() **c)** a licença maternidade, que constitui norma de proteção especial ao trabalho da mulher, não é, entretanto, aplicável nos casos de adoção;

() **d)** as empresas privadas que possuam 200 empregados não são obrigadas a contratar pessoas com deficiência;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 23

Em relação à escravidão moderna, é **INCORRETO** afirmar que:

() **a)** a configuração de trabalho prestado em condições análogas à de escravo, para fins de indenização trabalhista, pressupõe a existência de trabalho forçado;

() **b)** o trabalho prestado no meio urbano também pode ser qualificado como degradante, desde que presentes os elementos caracterizadores, em especial, as péssimas condições de alojamento, alimentação e do meio-ambiente do trabalho em geral;

() **c)** no quadro das providências normativas adotadas pelo Estado brasileiro em favor da erradicação do trabalho escravo, destaca-se a elaboração de cadastro de empregadores autuados pela fiscalização do trabalho por manterem trabalhadores nessa condição, coloquialmente conhecido como “lista suja”;

() **d)** os principais instrumentos normativos da Organização Internacional do Trabalho para o combate ao trabalho escravo foram ratificados pelo Estado Brasileiro;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 24

Em relação à indisponibilidade e flexibilização das normas trabalhistas:

I – a anotação do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social é exemplo de norma de natureza dispositiva;

II – a primazia dos preceitos de ordem pública na formação do conteúdo do contrato de trabalho está expressamente enunciada na lei;

III – a flexibilização é uma fenda no princípio da inderrogabilidade das normas de proteção ao trabalho, admitida nos limites do sistema jurídico nacional traçado na Constituição Federal;

IV – a transação e a renúncia são institutos incompatíveis com o Direito do Trabalho, sendo vedadas pelo sistema juslaboral.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas as afirmativas estão corretas;
- () **b)** apenas as afirmativas I, II e III estão corretas;
- () **c)** apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- () **d)** apenas a afirmativa I está incorreta;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 25

Em relação à duração do trabalho:

I – um dos fundamentos para a limitação do tempo de trabalho é de natureza biológica, uma vez que visa a combater os problemas psicofisiológicos oriundos da fadiga;

II – trabalho em regime de tempo parcial é aquele cuja duração não excede a vinte e cinco horas semanais;

III – a compensação de jornadas, antes restrita à semana, atualmente pode verificar-se no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas as assertivas estão corretas;
- () **b)** apenas as assertivas I e II estão corretas;
- () **c)** todas as assertivas estão incorretas;

() **d)** apenas as assertivas II e III estão incorretas;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 26

Em relação às formas atípicas de trabalho:

I – o trabalho temporário tem como objetivo dotar as empresas de mecanismos de contratação de trabalhadores em situações transitórias, sem que com isso sejam obrigadas a aumentar o quadro permanente;

II – o contrato de trabalho temporário, seguindo a regra geral dos contratos de trabalho, pode ser escrito ou verbal, expresso ou tácito;

III – serviço voluntário é a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade;

IV – o teletrabalho poderá ser prestado de forma autônoma ou subordinada, devendo-se visualizar em concreto como é exercido, adotando-se o princípio da primazia da realidade.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

() **a)** todas as afirmativas estão corretas;

() **b)** somente as afirmativas I, III e IV estão corretas;

() **c)** somente as afirmativas I e III estão corretas;

() **d)** somente as afirmativas II e IV estão corretas;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 27

Quanto à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA:

I – devem constituir CIPA e mantê-la em funcionamento os órgãos da administração direta que sejam empregadores;

II – o membro da CIPA exercente de cargo de confiança poderá ser transferido para outro estabelecimento, em caso de real necessidade de serviço, mesmo sem a sua anuência;

III – a CIPA poderá ser desativada ou ter seu número de representantes reduzido pelo empregador, antes do término do mandato de seus membros, em caso de redução do número de empregados da empresa;

IV – entre as atribuições da CIPA está a de participar, anualmente, em conjunto com a empresa, de campanhas de prevenção da AIDS.

De acordo com as asserções acima, pode-se afirmar que:

() **a)** apenas a de número I está incorreta;

() **b)** apenas a de número II está incorreta;

() **c)** apenas a de número III está incorreta;

() **d)** nenhuma está correta;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 28

Considerando a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

() **a)** o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário profissional devido ao empregado e previsto em sentença normativa;

() **b)** a contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS incide sobre as horas extras eventuais;

() **c)** cessadas as viagens, as diárias para viagem que excedam a 50% do salário do empregado não integram o seu salário;

() **d)** o adicional de periculosidade integra o valor das horas de sobreaviso;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 29

A propósito da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho:

I – o empregado tarefeiro tem suas férias calculadas com base na média da produção do período concessivo, aplicando-se-lhe a tarifa da data da concessão;

II – vago em definitivo o cargo, o empregado que passa a ocupá-lo tem direito a salário igual ao do antecessor;

III – em caso de cessação das atividades da empresa com a extinção dos vínculos empregatícios, os salários são devidos até a data resultante da incorporação do aviso prévio, que deverá ser indenizado;

IV – o adicional de periculosidade dos eletricitários incide apenas sobre o salário básico.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** apenas as de número II e III estão incorretas;
- () **b)** apenas a de número I está incorreta;
- () **c)** apenas a de número IV está incorreta;
- () **d)** nenhuma está correta;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 30

A propósito da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho:

I – da extinção de cada contrato de trabalho começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho;

II – as gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes não servem de base de cálculo para o aviso-prévio, adicional noturno, horas extras, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e repouso semanal remunerado;

III – o pagamento referente ao aviso prévio não trabalhado está sujeito à contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

IV – é parcial a prescrição aplicável quando se tratar de pedido de diferença de gratificação semestral que teve seu valor congelado.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** apenas as de número I e II estão incorretas;
- () **b)** apenas as de número II e IV estão incorretas;
- () **c)** apenas a de número IV está correta;
- () **d)** nenhuma está correta;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 31

Quanto aos equipamentos de proteção individual – EPIs:

I – Equipamento Conjugado de Proteção Individual é aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho;

II – compete ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, nas empresas obrigadas a manter tal órgão, recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade;

III – o EPI, nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;

IV – o empregador, enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas, é obrigado a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** apenas as de número I e III estão corretas;
- () **b)** apenas as de número I e IV estão corretas;
- () **c)** apenas as de número II e IV estão corretas;
- () **d)** todas estão corretas;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 32

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- () **a)** o estágio pode ser considerado uma etapa da aprendizagem escolar que se realiza na empresa;
- () **b)** o estagiário não poderá substituir mão-de-obra permanente da parte concedente do estágio, já que o seu caráter é didático-pedagógico;
- () **c)** as instituições interessadas poderão se valer de agentes de integração para viabilizar o estágio;
- () **d)** as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, podem oferecer cursos de aprendizagem metódica para adolescentes, desde que registradas no Ministério do Trabalho e Emprego;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 33

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** o professor faz jus a nove dias de licença remunerada em razão de luto pelo falecimento do pai ou mãe;
- b)** o empregador está obrigado a pagar o adiantamento da gratificação natalina no mesmo mês para todos os seus empregados;
- c)** a remuneração do repouso semanal remunerado corresponde, para o empregado em domicílio, ao equivalente ao quociente da divisão por sete da importância total da produção na semana;
- d)** a remuneração do repouso semanal remunerado corresponde, para o empregado diarista, a um dia de serviço, computadas as horas extras eventualmente prestadas;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 34

A respeito da atividade portuária, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** conserto de carga consiste no reparo e restauração das embalagens de mercadorias, nas operações de carregamento e descarga de embarcações, reembalagem, marcação, remarcação, carimbagem, etiquetagem, abertura de volumes para vistoria e posterior recomposição;
- b)** estiva consiste na atividade de movimentação de mercadorias nas instalações de uso público, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário;
- c)** bloco consiste na atividade de limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo batimento de ferrugem, pintura, reparos de pequena monta e serviços correlatos;
- d)** vigilância de embarcações consiste na atividade de fiscalização da entrada e saída de pessoas a bordo das embarcações atracadas ou fundeadas ao largo, bem como da movimentação de mercadorias nos portalós, rampas, porões, conveses, plataformas e em outros locais da embarcação;
- e)** não respondida.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

QUESTÃO Nº 35

Assinale, a respeito da convenção coletiva de trabalho, a alternativa **INCORRETA**:

- a)** é o acordo de caráter normativo onde são estipuladas condições de trabalho;
- b)** é celebrada por dois ou mais sindicatos representativos de categorias profissionais e econômicas;
- c)** são celebradas por escrito, sem emendas nem rasuras;
- d)** entram em vigor a partir da entrega para registro e arquivamento no Ministério do Trabalho e Emprego;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 36

Assinale, a respeito do acordo coletivo do trabalho, a alternativa **INCORRETA**:

- a)** é o acordo de caráter normativo firmado entre um ou mais sindicatos profissionais e uma ou mais empresas;
- b)** as empresas podem ser substituídas na celebração, em não existindo sindicato da categoria econômica, pela federação respectiva;
- c)** deve ser depositado no Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de registro e arquivamento;
- d)** não poderá ter sua duração estipulada por prazo superior a dois anos;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 37

A respeito das convenções e acordos coletivos de trabalho, **NÃO** é cláusula obrigatória:

- a)** designação dos sindicatos convenientes ou dos sindicatos e empresas acordantes;
- b)** prazo de vigência;
- c)** categorias de trabalhadores abrangidas pelos respectivos dispositivos;
- d)** reajuste concedido aos empregados;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 38

A respeito da greve, assinale a alternativa **INCORRETA**

() **a)** na vigência de acordo coletivo de trabalho é possível a greve que tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula;

() **b)** o serviço funerário é considerado atividade essencial;

() **c)** é permitido aos grevistas o aliciamento pacífico dos trabalhadores para a adesão à greve;

() **d)** nas atividades não consideradas essenciais, o prazo mínimo para a comunicação aos empregadores diretamente interessados é de 72 (setenta e duas) horas;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 39

São critérios de homogeneidade, ou seja, as dimensões dentro das quais as categorias profissionais ou econômicas são homogêneas e a associação é natural:

I – a identidade;

II – a similaridade;

III – a conexidade;

IV – a complementaridade.

Com base nas alternativas acima, pode-se afirmar que:

() **a)** a III está errada;

() **b)** somente a I e a III estão certas;

() **c)** somente a I e a II estão certas;

() **d)** a III está certa e a IV está errada;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 40

São prerrogativas do dirigente sindical:

I – o direito de exercício da ação sindical;

II – o direito de não ser transferido para local que impeça a ação sindical;

III – o direito de suspender o contrato para o desempenho da ação sindical;

IV – o direito de não ser dispensado desde o registro da candidatura, e se eleito, até um ano após o término do mandato, salvo se cometer falta grave, nos termos da lei.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

() **a)** todas estão certas;

() **b)** a I e a III estão erradas;

() **c)** a I e a IV estão erradas;

() **d)** somente a I está errada;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 41

Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito da Convenção nº 87, da Organização Internacional do Trabalho:

() **a)** admite somente a sindicalização dos trabalhadores;

() **b)** impõe a pluralidade sindical;

() **c)** preceitua a adoção do sistema confederativo;

() **d)** prescreve o direito de as organizações elaborarem seus próprios estatutos e regimentos;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 42

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

() **a)** deve ser entendido como categoria profissional o agrupamento de trabalhadores que leva em consideração a similitude de condições de vida oriunda da profissão ou do trabalho em situação de emprego na mesma atividade econômica;

() **b)** deve ser entendido como categoria econômica, dentre outros, o agrupamento dos que empreendem atividades econômicas idênticas;

() **c)** deve ser entendida como categoria profissional diferenciada aquela que se forma de empregados que exerçam profissão diferenciada em consequência de condições de vida singulares;

() **d)** empregados que exerçam atividades semelhantes, desde que trabalhem para empregadores com a mesma atividade econômica, podem integrar categoria profissional diferenciada;

() **e)** não respondida.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO Nº 43

A respeito da ação rescisória, são hipóteses de seu cabimento no processo do trabalho:

I – quando for proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;

II – quando ofender a coisa julgada;

III – quando se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória;

IV – quando se verificar que foi dada por prevaricação do juiz.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

() **a)** todas estão certas;

() **b)** a III está errada;

() **c)** somente a I e a IV estão certas;

() **d)** nenhuma das anteriores;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 44

São títulos executivos expressamente previstos na legislação processual trabalhista:

I – decisões das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo;

II – acordos judiciais não cumpridos;

III – termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho;

IV – termos de conciliação firmados perante comissão de conciliação prévia.

De acordo com as alternativas acima, pode-se afirmar que:

- a)** todas estão certas;
- b)** a I está errada;
- c)** a III está errada;
- d)** a IV está errada;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 45

Quanto à arrematação na execução no processo do trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** os bens serão vendidos, na praça, pelo maior lance;
- b)** a adjudicação prefere a arrematação;
- c)** o arrematante deve garantir o lance com sinal igual a 25% do seu valor;
- d)** não havendo licitante e não havendo adjudicação os bens poderão ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo juiz;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 46

Assinale a alternativa **INCORRETA**, a respeito de sentença nas ações coletivas:

- a)** não faz coisa julgada *erga omnes*, na hipótese de defesa de interesses difusos, caso o pedido seja julgado improcedente por falta de provas;
- b)** não faz coisa julgada *ultra partes*, na hipótese de defesa de interesses coletivos, caso o pedido seja julgado improcedente por falta de provas;
- c)** faz coisa julgada *erga omnes* no caso de procedência do pedido, na hipótese de defesa de interesses individuais homogêneos;
- d)** não faz coisa julgada, na hipótese de defesa dos interesses difusos e coletivos, no caso de improcedência por falta de amparo legal;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 47

A respeito do dissídio coletivo, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** os trabalhadores, em caso de categoria não organizada, podem ser representados pela federação respectiva;
- b)** o prazo máximo de duração da sentença normativa é de 4 (quatro) anos;
- c)** pode ser ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho, em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público;
- d)** independentemente de negociação, pode ser ajuizado dissídio coletivo de natureza econômica pelos conflitantes, desde que estejam de comum acordo;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 48

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** o ajuizamento do inquérito judicial para apuração de falta grave deve ser feito dentro de 60 dias a contar da suspensão do empregado;
- b)** a sentença de improcedência no inquérito judicial para apuração de falta grave, quando não houver a suspensão do empregado, tem natureza constitutiva negativa;
- c)** a natureza da decisão de procedência nas ações anulatórias de cláusulas convencionais é constitutiva negativa;
- d)** a ação anulatória de cláusulas convencionais coletivas pode ser proposta pelo Ministério Público do Trabalho e por qualquer sindicato, desde que não tenha participado da contratação;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 49

Assinale a assertiva **CORRETA**:

- a)** além dos beneficiários da gratuidade de justiça, são isentas do pagamento das custas, na Justiça do Trabalho, as empresas públicas e as sociedades de economia mista;
- b)** a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na demanda como um todo;
- c)** o *jus postulandi* no processo trabalhista cessa quando da realização da audiência de conciliação, se não houver acordo antes da contestação;

() **d)** nas localidades não abrangidas por jurisdição de vara do trabalho, as funções de dirimir conflitos trabalhistas são atribuídas ao Juiz de Direito que, assim, fica investido nas funções de Juiz do Trabalho;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 50

Em relação ao sistema de nulidades adotado no processo do trabalho, é **INCORRETO** afirmar que:

() **a)** toda e qualquer nulidade é passível de declaração *ex officio*;

() **b)** a nulidade não será pronunciada quando suscitada por quem lhe deu causa;

() **c)** a nulidade decorrente da incompetência territorial somente será declarada se houver provocação da parte;

() **d)** se for possível suprir a falta do ato ou ordenar sua repetição, o juiz não decretará a nulidade;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 51

Em relação à competência da Justiça do Trabalho, é **INCORRETO** afirmar que:

() **a)** a Presidência do Supremo Tribunal Federal, em decisão liminar em sede de ação direta de inconstitucionalidade, suspendeu toda e qualquer interpretação que incluía na competência da Justiça do Trabalho a apreciação de causas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo;

() **b)** compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho;

() **c)** é competência da Justiça do Trabalho a apreciação de ação proposta por empresa para anulação de penalidade imposta em auto de infração lavrado por auditor fiscal do trabalho, por inobservância da cota de contratação de pessoas com deficiência;

() **d)** as ações de indenização por dano moral decorrentes da relação de trabalho são de competência da Justiça do Trabalho somente a partir da Emenda Constitucional 45, conforme a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, que antes não admitia o processamento de tais ações na Justiça Especializada;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 52

Em relação aos prazos processuais, é **INCORRETO** afirmar que:

- a)** o início do prazo, quando a notificação é postal, é fixado pela presunção *juris tantum* de recebimento da correspondência quarenta e oito horas após a sua postagem;
- b)** não se confundem início do prazo e início da contagem do prazo, já que a CLT manda excluir da contagem o dia do início e nela incluir o dia do término do prazo;
- c)** se a notificação ocorrer no sábado, o início da contagem do prazo ocorrerá na terça-feira subsequente, em sendo dias úteis a segunda e a terça-feira;
- d)** constitui prerrogativa da fazenda pública o prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 53

Assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a)** segundo jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, é reconhecida ao sindicato ampla substituição processual dos integrantes da categoria;
- b)** a condenação ao pagamento de honorários de advogado se estriba no princípio da sucumbência, tido como inaplicável no processo do trabalho;
- c)** nos dissídios individuais trabalhistas em que o valor da causa não exceder de 2 (duas) vezes o salário mínimo, não caberá qualquer recurso;
- d)** a declaração destinada a fazer prova de pobreza do reclamante, para fins de gratuidade de justiça, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador, presume-se verdadeira;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 54

Assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a)** a ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo;
- b)** segundo jurisprudência sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho, a pena de confissão aplica-se tão somente ao reclamado que deixar de comparecer à

audiência em prosseguimento, para a qual foi expressamente intimado com aquela cominação;

() **c)** a confissão presumida conduz à veracidade dos fatos alegados pela parte, e não pode ser elidida pela prova pré-constituída nos autos;

() **d)** se o reclamante der causa a dois arquivamentos, ficará proibido de mover reclamação na Justiça do Trabalho pelo prazo de um ano;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 55

Segundo jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, é **INCORRETO** afirmar que:

() **a)** o efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contra-razões, não se aplicando, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença;

() **b)** a regra que prevê o prazo em dobro para recurso de litisconsortes com procuradores distintos não se aplica ao processo do trabalho;

() **c)** as sociedades de economia mista possuem prazo em dobro para interposição de embargos declaratórios;

() **d)** a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo por seus procuradores, estão dispensados da juntada de instrumento de mandato;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 56

Assinale a afirmativa **INCORRETA**

() **a)** no procedimento ordinário, a proposta de conciliação da lide pelo magistrado deve ser feita, obrigatoriamente, em dois momentos: antes da apresentação da defesa e após a apresentação das razões finais;

() **b)** o termo de conciliação judicial vale como decisão irrecurável, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas;

() **c)** nos dissídios individuais, cada parte somente poderá indicar e ouvir três testemunhas; nos processos sujeitos ao rito sumaríssimo, cada parte poderá ouvir apenas duas testemunhas; e nos inquéritos para apuração de falta grave de empregado estável, este número é elevado para seis;

() **d)** é nula a sentença que determina a conversão da reintegração do empregado estável dispensado pelo empregador em pagamento de indenização dobrada, na ausência de pedido expresso;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 57

Em relação ao procedimento sumaríssimo, é **CORRETO** afirmar que:

() **a)** o legislador excluiu da incidência do procedimento sumaríssimo as causas em que figurem como partes da Administração Pública Direta e Indireta;

() **b)** as ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho em defesa dos interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos são compatíveis com o procedimento sumaríssimo;

() **c)** a sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes, dispensado o relatório;

() **d)** na hipótese de recurso ordinário, os autos serão remetidos previamente ao Ministério Público do Trabalho para exame e parecer escrito;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 58

Em relação à distribuição do ônus da prova, é **INCORRETO** afirmar que:

() **a)** a não apresentação, pelo empregador, dos controles de frequência da jornada, nas empresas com mais de dez empregados, gera presunção relativa da jornada alegada na inicial;

() **b)** admitida, pelo reclamado, a prestação de serviços, é dele o ônus de comprovar que a relação havida não era de emprego;

() **c)** compete ao reclamante demonstrar configurados os requisitos da relação de emprego, ante a negativa do reclamado da prestação de serviços;

() **d)** é do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 59

Em relação ao sistema recursal trabalhista, é **INCORRETO** afirmar que:

- () **a)** as pessoas jurídicas de direito público e o Ministério Público do Trabalho não estão sujeitos ao depósito recursal;
- () **b)** a juntada de documentos na fase recursal se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença;
- () **c)** o juízo de oportunidade e conveniência a respeito da interposição do recurso é do órgão do Ministério Público, seja nos processos em que atua como órgão agente, seja naqueles em que oficia como fiscal da lei;
- () **d)** os Tribunais Regionais do Trabalho procederão à uniformização de sua jurisprudência, servindo a súmula respectiva para ensejar a admissibilidade do recurso de revista;
- () **e)** não respondida.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO Nº 60

Quanto à obrigação de dar coisa certa:

I – ocorrendo a venda de determinado barco pesqueiro, estarão abrangidos no negócio, ainda que não mencionados, as redes de pesca, salva-vidas e sinalizadores;

II – determinado automóvel, estacionado regularmente em local apropriado, foi abalroado dois dias antes de ser entregue ao comprador, que o havia adquirido anteriormente, e sofreu perda total. Neste caso, extingue-se a obrigação, devendo o devedor devolver o valor antecipadamente recebido, atualizado monetariamente;

III – determinada motocicleta, estacionada regularmente em local apropriado, foi abalroada dois dias antes de ser entregue ao comprador, que a havia adquirido anteriormente, e sofreu perda apenas parcial. Neste caso, o credor deverá receber a referida motocicleta, no estado em que se encontra, abatida do preço do valor da perda;

IV – o locatário, de boa-fé, realizou em determinado imóvel obra de abertura de uma entrada maior para facilitar o acesso, tendo direito de ser ressarcido pelo locador e podendo até mesmo reter a coisa restituível até que lhe seja pago o valor respectivo.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** apenas a de número II está incorreta;
- () **b)** apenas a de número III está incorreta;
- () **c)** apenas as de número I e IV estão incorretas;

d) todas estão incorretas;

e) não respondida.

QUESTÃO Nº 61

Prescreve em três anos:

a) a pretensão do dono de restaurante, para o pagamento da conta referente ao fornecimento de refeição;

b) a pretensão do terceiro prejudicado, contra o segurador, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;

c) a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo;

d) a pretensão de reconhecimento judicial de união estável;

e) não respondida.

QUESTÃO Nº 62

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) a frustração do fim do contrato, que não se confunde com a impossibilidade da prestação ou com a excessiva onerosidade, não tem guarida no Código Civil;

b) nenhuma obrigação haverá para quem se comprometer por outrem, se este, depois de se ter obrigado, faltar à prestação;

c) as partes contratantes podem, por cláusula expressa, excluir a responsabilidade pela evicção;

d) a compra e venda de safra agrícola é espécie de contrato aleatório;

e) não respondida.

QUESTÃO Nº 63

Em relação aos contratos:

I – é nulo o contrato de comissão firmado sem a estipulação da remuneração devida ao comissário, visto tratar-se de contrato oneroso;

II – a preferência impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto;

III – o comodatário poderá exigir do comodante o reembolso das despesas com o uso e conservação do bem.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a)** apenas as de número I e II estão corretas;
- b)** apenas a de número II está correta;
- c)** apenas a de número III está correta;
- d)** todas estão corretas;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 64

São considerados bens móveis:

- a)** o direito à sucessão aberta;
- b)** os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem;
- c)** os direitos reais sobre objetos móveis;
- d)** o que for incorporado artificialmente ao solo;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 65

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** a fiança dar-se-á por escrito ou de forma verbal;
- b)** a doação à entidade futura caducará se, em dois anos, esta não estiver constituída regularmente;
- c)** morrendo o locador ou o locatário, transfere-se aos seus herdeiros a locação por tempo determinado;
- d)** o mandatário tem o direito de reter, do objeto da operação que lhe foi cometida, quanto baste para pagamento de tudo que lhe for devido em consequência do mandato;
- e)** não respondida.

PROVA DE DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO Nº 66

Em relação à responsabilidade dos sócios nos diferentes tipos de sociedade:

I – nas sociedades em comum, enquanto não inscritos os seus atos constitutivos, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ver executados em primeiro lugar os bens sociais, aquele que contratou pela sociedade;

II – como regra geral, nas sociedades simples, os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas sociais, senão depois de executados os bens da sociedade;

III – como regra geral, na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;

IV – na sociedade anônima, o capital é dividido em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas as assertivas estão corretas;
- () **b)** apenas as assertivas I e II estão corretas;
- () **c)** apenas as assertivas II e III estão corretas;
- () **d)** apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 67

Em relação ao Código de Defesa do Consumidor:

I – o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, ou violação dos estatutos ou contrato social;

II – os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar sua compreensão;

III – tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo;

IV – também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao consumidor.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas;
- () **b)** apenas as afirmativas I e IV estão incorretas;
- () **c)** todas as afirmativas estão corretas;
- () **d)** apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 68

Em relação à nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/2005):

I – a recuperação extrajudicial, que tem por objetivo a continuidade da vida da empresa e a manutenção dos empregos, não afeta os contratos de trabalho e os créditos dos trabalhadores;

II – o plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a um ano para pagamento dos créditos decorrentes das relações de trabalho ou decorrentes de acidentes do trabalho vencidos até a data do pedido da recuperação judicial;

III – o plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 90 (noventa) dias para o pagamento, até o limite de cinco salários-mínimos, dos créditos de natureza estritamente salarial, vencidos nos seis meses anteriores ao pedido de recuperação judicial;

IV – na falência, os créditos trabalhistas são classificados em primeiro lugar para pagamento, mas limitados a cento e cinquenta salários mínimos por trabalhador.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas as assertivas estão corretas;
- () **b)** apenas as assertivas II e IV estão incorretas;
- () **c)** apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- () **d)** todas as alternativas estão incorretas;
- () **e)** não respondida.

REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

QUESTÃO Nº 69

Quanto aos Órgãos do Ministério Público do Trabalho:

I – o Procurador-Geral do Trabalho será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre integrantes da instituição, com mais de trinta e cinco anos de idade e de cinco anos na carreira, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, obrigatório e secreto, pelo Colégio de Procuradores, para um mandato de dois anos, permitida a recondução, observado o mesmo processo;

II – o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho é composto pelo Procurador-Geral do Trabalho e pelo Vice-Procurador-Geral do Trabalho, como membros natos; por quatro Subprocuradores-Gerais do Trabalho, eleitos para um mandato de dois anos, pelo Colégio de Procuradores, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, permitida a reeleição; e por mais quatro Subprocuradores-Gerais do Trabalho, eleitos para um mandato de dois anos, pelos Procuradores do Trabalho de todo Brasil, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, permitida a reeleição. Referido órgão é presidido pelo Procurador-Geral do Trabalho;

III – a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho é composta por três Membros do Ministério Público do Trabalho, sendo um indicado pelo Procurador-Geral do Trabalho e dois pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, juntamente com seus suplentes, para um mandato de dois anos, sempre que possível, dentre integrantes do último grau da carreira.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas estão corretas;
- () **b)** todas estão incorretas;
- () **c)** apenas a de número II está incorreta;
- () **d)** apenas as de números I e II estão incorretas;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 70

Assinale a alternativa **CORRETA** Em caso de vacância, o cargo de Procurador-Geral do Trabalho será exercido pelo:

- () **a)** Vice-Procurador-Geral do Trabalho;
- () **b)** Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho;
- () **c)** Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho;

() **d)** Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho, se a vacância ocorrer na primeira metade do mandato do Procurador-Geral do Trabalho, até a realização de novo processo de nomeação; e pelo Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, se a vacância ocorrer na segunda metade do mandato do Procurador-Geral do Trabalho, até seu termo final;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 71

Sobre a possibilidade de Membro do Ministério Público do Trabalho ser designado, excepcionalmente, para exercer atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria, assinale a alternativa **CORRETA**:

() **a)** não é possível, em hipótese alguma;

() **b)** é possível, se assim o exigir a necessidade de serviço, independentemente da anuência do designado, desde que autorizado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, cuja deliberação deverá ser tomada com o voto favorável de dois terços dos Membros Conselheiros;

() **c)** é possível, se houver interesse do serviço e anuência do designado, bem como autorização do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, cuja deliberação deverá ser tomada com o voto favorável de dois terços dos Membros Conselheiros;

() **d)** é possível, desde que autorizado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, cuja deliberação deverá ser tomada com o voto favorável de dois quintos dos Membros Conselheiros, apenas para as hipóteses de atuação no primeiro grau de jurisdição, considerando-se a repercussão social das ações coletivas;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 72

Quanto às prerrogativas processuais, o Membro do Ministério Público da União tem assegurado:

I – nos crimes comuns e de responsabilidade, o seu processamento e julgamento no Superior Tribunal de Justiça, se oficiar perante Tribunais;

II – nos crimes comuns e de responsabilidade, o seu processamento e julgamento nos Tribunais Regionais Federais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, se oficiar perante juízos de primeira instância;

III – o recebimento de intimação pessoal, nos autos, em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que oficiar.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas estão corretas;
- () **b)** todas estão incorretas;
- () **c)** apenas a de número I é correta;
- () **d)** apenas as de números I e III estão corretas;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 73

No exercício de suas atribuições, o Membro do Ministério Público da União poderá:

I – ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública;

II – requisitar informações e documentos a entidades privadas, sendo que, na hipótese de usá-los de forma indevida, poderá ser responsabilizado civil e criminalmente e eventual ação penal poderá ser proposta também pelo ofendido, subsidiariamente, na forma da lei processual penal;

III – notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência, ainda que por motivo de força maior, considerando-se a relevância social das investigações ministeriais.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas estão corretas;
- () **b)** todas estão incorretas;
- () **c)** apenas as de números II e III estão incorretas;
- () **d)** apenas a de número III está incorreta;
- () **e)** não respondida.

GRUPO II
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO Nº 74

A respeito da ação, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- () **a)** para propor ou contestar ação é preciso ter legitimidade e interesse;

- b)** o interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica;
- c)** não é admissível a ação declaratória se já houver ocorrido a violação do direito;
- d)** salvo se autorizado por lei, não se pode pleitear, em nome próprio, direito alheio;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 75

A respeito dos atos processuais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** os atos processuais só são reputados válidos quando, tendo forma expressa e prevista em lei, sejam realizados com sua observância;
- b)** correm em segredo de justiça os processos em que o exigir o interesse público;
- c)** em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso do vernáculo;
- d)** os atos meramente ordinatórios, como a juntada, independem de despacho;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 76

A respeito das nulidades, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** não pode requerer a nulidade a parte que lhe deu causa;
- b)** quando puder decidir no mérito em favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade o juiz não a pronunciará, salvo em caso de violação de direito indisponível;
- c)** é nulo o processo quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar feito em que deva intervir;
- d)** anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subseqüentes que dele dependam;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 77

A respeito da petição inicial, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** são requisitos a indicação do valor da causa e o requerimento para a citação do réu;
- b)** o prazo para emendar ou completar a inicial é de 15 dias;
- c)** o pedido pode ser formulado de modo genérico quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato ilícito;
- d)** é lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 78

A respeito da resposta do réu, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** a contestação e a reconvenção devem ser oferecidas simultaneamente, em peças autônomas;
- b)** por meio da exceção, o réu somente pode argüir a incompetência e o impedimento;
- c)** o réu pode reconvir ao autor se a reconvenção for conexa com o fundamento da defesa;
- d)** não pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 79

A respeito da prova e dos meios de prova, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** é válido o meio de prova, ainda que não especificado no Código de Processo Civil, bastando que moralmente legítimo;
- b)** ao réu cabe o ônus da prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor e, a este, os fatos que constituem o seu direito;
- c)** é possível a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova, mesmo que recaia sobre direito indisponível, desde que ocorra livre manifestação das partes;
- d)** não dependem de prova os fatos notórios e aqueles em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 80

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** cabem embargos de declaração exclusivamente em caso de omissão, obscuridade e/ou contradição;
- b)** dos despachos, só cabe recurso nas ações de conhecimento;
- c)** sendo o direito indisponível só pode haver renúncia ao recurso com a anuência da outra parte, supérfluo com a concordância do Ministério Público;
- d)** o recurso interposto por um dos litisconsortes, em qualquer hipótese, aproveita a todos;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 81

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, a obrigação só se converte em perdas e danos se o autor requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente;
- b)** na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, não pode o juiz, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, mesmo que se observe que se tornou insuficiente;
- c)** a tutela antecipada pode ser modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada, mas não pode ser revogada;
- d)** só pode ser concedida a antecipação dos efeitos da tutela se, ao mesmo tempo, houver receio de dano irreparável, e ficar caracterizado o abuso do direito de defesa do réu;
- e)** não respondida.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO Nº 82

Quanto ao servidor público:

I – investidura é o ato ou cerimônia de posse do agente público no cargo a que faz jus ocupar, em razão de aprovação em concurso público;

II – recondução é o retorno, a cargo público, de servidor que tenha sido colocado em disponibilidade;

III – o prazo de 30 dias para posse, a contar da publicação do ato de provimento, não se aplica ao servidor que, na data referida, se encontre em gozo de licença para capacitação;

IV – o servidor que tiver sua disponibilidade cassada e estiver em débito com o erário terá o prazo de 30 dias para efetuar a quitação respectiva.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas estão corretas;
- () **b)** apenas a de número I está correta;
- () **c)** apenas as de número II e IV estão incorretas;
- () **d)** apenas a de número II está incorreta;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 83

A respeito do servidor público:

I – o cancelamento da penalidade aplicada ao servidor pela administração não produzirá efeito retroativo;

II – a utilização de pessoal da repartição pública em atividades particulares sujeita o servidor infrator à pena de demissão;

III – é proibido ao servidor público promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

IV – o afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, não acarreta a suspensão do pagamento do salário-família.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas estão corretas;
- () **b)** apenas a de número I está incorreta;
- () **c)** apenas as de número I e IV estão incorretas;
- () **d)** todas estão incorretas;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 84

Quanto ao ato e processo administrativos:

I – a Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos;

II – o recurso administrativo, salvo disposição legal em contrário, tramitará no máximo por duas instâncias administrativas;

III – o órgão competente para decidir o recurso administrativo poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência, não sendo possível, em qualquer hipótese, a ocorrência de gravame à situação do recorrente;

IV – a Administração poderá convalidar os atos que apresentarem defeitos sanáveis, em decisão na qual se evidencie a inoccorrência de lesão ao interesse público e/ou prejuízos a terceiros.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a)** todas estão corretas;
- b)** apenas as de número II e IV estão corretas;
- c)** apenas as de número II e III estão incorretas;
- d)** todas estão incorretas;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 85

NÃO se trata de hipótese em que é dispensável a licitação:

- a)** para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão;
- b)** para a celebração de contrato de prestação de serviço de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços, de natureza singular, com empresa de notória especialização;
- c)** para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade;
- d)** quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 86

É ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública:

- a)** frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;
- b)** perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública;
- c)** deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;
- d)** celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio de gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 87

Sobre os bens públicos:

I – os entes da Administração Indireta não são bens públicos;

II – são bens públicos aqueles afetados à satisfação de necessidades coletivas e submetidos parcialmente ao regime de direito público, ainda que pertencentes a particulares;

III – afetação é a destinação do bem público à satisfação das necessidades coletivas e estatais, do que deriva sua inalienabilidade, decorrendo da própria natureza do bem ou de um ato estatal unilateral;

IV – os bens dominicais não são passíveis de afetação.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a)** todas estão corretas;
- b)** apenas as de número II e IV estão incorretas;
- c)** apenas as de número I, III e IV estão corretas;
- d)** todas estão incorretas.
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 88

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** agentes políticos são todos aqueles que exercem uma função pública de caráter permanente em decorrência de relação funcional;
- b)** agentes delegados são particulares que recebem a incumbência da execução de determinada atividade, obra ou serviço público e o realizam em nome próprio, por sua conta e risco, sob a permanente fiscalização do poder delegante;
- c)** agentes honoríficos são cidadãos chamados para, transitoriamente, colaborar com o Estado, na prestação de serviços específicos, em razão de sua condição cívica, de sua honorabilidade ou de sua própria capacidade profissional;
- d)** agentes credenciados são aqueles que recebem da Administração a incumbência de representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração do Poder Público credenciante;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 89

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** a discricionariedade pode resultar da consideração de que a disciplina de uma relação jurídica ou de um setor da realidade social deve fazer-se segundo critérios técnico-científicos, variando as soluções inclusive em face do progresso futuro;
- b)** a discricionariedade normativa administrativa se traduz na produção de regulamentos;
- c)** na revogação, a Administração Pública desfaz o ato administrativo em razão de vício ou defeito;
- d)** o ato administrativo pode se extinguir pelo esgotamento integral de sua eficácia;
- e)** não respondida.

**GRUPO III
PREVIDENCIÁRIO E PENAL
INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO**

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO Nº 90

A respeito da seguridade social, assinale a alternativa **INCORRETA**:

() **a)** destina-se a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;

() **b)** um de seus objetivos é o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados;

() **c)** estão incluídas como fontes de recursos para a seguridade social as contribuições sociais da receita de concurso de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar;

() **d)** a seguridade é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 91

São benefícios da Previdência Social:

I – aposentadoria por invalidez;

II – reabilitação profissional;

III – auxílio-acidente;

IV – auxílio-doença.

De acordo com as alternativas acima, pode-se afirmar que:

() **a)** somente a I e a II estão certas;

() **b)** todas estão certas;

() **c)** a II está errada e a III está certa;

() **d)** todas estão erradas;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 92

São segurados obrigatórios da Previdência Social:

I – aquele que presta serviços de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

II – aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente;

III – a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

IV – o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a)** todas estão certas;
- b)** todas estão erradas;
- c)** a I está certa e a III está errada;
- d)** a II está certa e a IV está errada;
- e)** não respondida.

DIREITO PENAL

QUESTÃO Nº 93

Assinale a afirmativa **INCORRETA**

- a)** é suficiente para incorrer nas mesmas penas do crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, a conduta de recrutar trabalhadores fora da localidade da execução do trabalho;
- b)** o fim de levar o trabalhador de uma para outra localidade do território nacional constitui elemento subjetivo do injusto no crime de aliciamento de trabalhadores;
- c)** o termo “direito” no tipo penal de “frustração de direito assegurado por lei trabalhista” tem sentido genérico, abrangendo tanto direitos transacionáveis como direitos decorrentes de normas de ordem pública;
- d)** a condição de indígena da vítima é causa especial de aumento de pena no crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 94

É **INCORRETO** afirmar que:

- a)** a empresa privada que nega emprego em razão de discriminação racial praticada por seus administradores está sujeita, como efeito da condenação destes, à suspensão do funcionamento por prazo não superior a três meses, sendo que tal efeito não é automático, devendo ser declaradamente motivado na sentença;
- b)** o instituto da retratação, previsto no Código Penal, tem aplicação nos crimes de calúnia e difamação;
- c)** sempre constituirá o crime previsto na lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social a negativa de emprego ou trabalho a alguém por motivo derivado de sua deficiência;
- d)** é crime de abuso de autoridade, o atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 95

Assinale a afirmativa **INCORRETA** quanto à omissão em matéria penal:

- a)** a figura do “garantidor” ou “garante” é aplicável aos crimes omissivos impróprios;
- b)** crimes omissivos impróprios são aqueles objetivamente descritos com uma conduta negativa de não fazer o que a lei determina;
- c)** a causalidade nos crimes omissivos impróprios é normativa, estabelecendo-se entre o resultado e o comportamento que o agente estava juridicamente obrigado a fazer e do qual se omitiu;
- d)** o crime de omissão de socorro é exemplo de crime omissivo próprio;
- e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 96

Com relação ao crime de redução à condição análoga a de escravo, é **INCORRETO** afirmar:

- a)** a ação penal é pública incondicionada;
- b)** tem como objetividade jurídica a organização do trabalho;
- c)** o tipo é presidido pelo chamado dolo genérico;

() **d)** o sujeito passivo pode ser qualquer pessoa, independentemente de raça, idade ou sexo;

() **e)** não respondida.

DIREITO INTERNACIONAL

QUESTÃO Nº 97

Assinale a assertiva **INCORRETA**:

() **a)** os tratados bilaterais ou plurilaterais são instrumentos de aplicação restrita aos Estados contratantes e que não permanecem abertos à ratificação de outros países;

() **b)** a Organização Internacional do Trabalho constitui pessoa jurídica de direito internacional *sui generis*, razão porque não se aplicam às suas representações os privilégios e imunidades assegurados às representações das pessoas de direito público externo;

() **c)** característica marcante da Organização Internacional do Trabalho é o seu caráter tripartite, com a representatividade dos empregados, dos empregadores e das entidades governamentais;

() **d)** a Conferência Internacional do Trabalho é o órgão supremo da Organização Internacional do Trabalho, que elabora a regulamentação internacional do trabalho por meio de convenções, recomendações e resoluções;

() **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 98

Em relação às normas emanadas da Organização Internacional do Trabalho:

I – as convenções universais constituem tratados multilaterais e criam obrigações internacionais a cargo do Estado que as ratifica;

II – por meio das recomendações, os Estados-Membros são convidados a adotar medidas ou, ao menos, certos princípios, criando para si a obrigação de natureza formal de submissão da recomendação à autoridade competente;

III – as resoluções não criam obrigações, ainda que de índole formal, para os Estados-Membros, destinando-se a convidar organismos internacionais ou governos nacionais a adotarem medidas nelas preconizadas;

IV – à Conferência Internacional do Trabalho, constituída de delegados dos governos, dos trabalhadores e dos empregadores, compete discutir e aprovar o texto das convenções multilaterais.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas as assertivas estão corretas;
- () **b)** apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;
- () **c)** somente as assertivas I e III estão corretas;
- () **d)** todas as assertivas estão incorretas;
- () **e)** não respondida.

DIREITO COMUNITÁRIO

QUESTÃO 99

Em relação às normas internacionais de proteção da criança e do adolescente:

I – a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989, acolhe a concepção do desenvolvimento e proteção integrais da criança, reconhecendo-a como verdadeiro sujeito de direito, a exigir proteção especial e prioridade absoluta;

II – entre as piores formas de trabalho infantil, previstas na Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho, incluem-se a escravidão e práticas análogas, o recrutamento para a prostituição e o recrutamento para a produção e tráfico de entorpecentes;

III – a Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à idade mínima para o trabalho, prevê a idade de 16 (dezesesseis) anos para o ingresso no mercado de trabalho;

IV – o sistema jurídico brasileiro, a partir da Constituição Federal de 1988, adotou os princípios que vigoram nos principais tratados internacionais de proteção à criança.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- () **a)** todas as assertivas estão corretas;
- () **b)** apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- () **c)** apenas as assertivas I e III estão corretas;
- () **d)** apenas as assertivas III e IV estão corretas;
- () **e)** não respondida.

QUESTÃO Nº 100

Em relação ao MERCOSUL, é **INCORRETO** afirmar que:

- () **a)** o tratado de constituição do Mercado Comum do Sul foi firmado em 1991 pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas encontra-se aberto à adesão de outros países;
- () **b)** o MERCOSUL pretende a uniformização dos sistemas jurídicos dos Estados-Membros no que tange às relações de trabalho e à seguridade social;
- () **c)** o MERCOSUL tem finalidade preponderantemente econômica;
- () **d)** no MERCOSUL, vigora o sistema arbitral de solução de controvérsias;
- () **e)** não respondida.